

## CHECKLIST - SITE CAMPUS ALEGRE

1. INSTITUCIONAL				
Informação	Base Legal	RECOMENDAÇÃO	Cumprimento	ACHADOS
<b>1.1</b> Estrutura organizacional (Organograma)		<input type="checkbox"/> Abranger, no mínimo, até o 4º nível hierárquico (Diretorias [DAS 5] ou equivalentes)	Não	Verificamos que: 1) existe o organograma em forma de lista; 2) está em local diverso daquele recomendado pelo Guia da CGU - que recomenda que esteja dentro da subseção "Institucional"; e 3) o organograma não está divulgado de forma que esteja demonstrada a estrutura organizacional como um todo, de forma que apresente a hierarquização e as relações entre os diferentes setores da organização.
			Não	Não foi encontrada essa subseção dentro da seção "Institucional", como orienta o Guia da CGU.
			Não	Não foi encontrada essa subseção dentro da seção "Institucional", como orienta o Guia da CGU.
			Parcial	Consta um link denominado "Organograma", porém, de acordo com o Guia da CGU, o nome da subseção deveria ser "Principais Cargos e Respetivos Ocupantes" ou "Quem é Quem" e estar dentro da seção "Institucional". Além disso, na subseção existente não encontramos os dados dos Coordenadores.
<b>1.5</b> Telefones, endereços e e-mail de contato dos ocupantes dos principais cargos		<input type="checkbox"/> Abranger, no mínimo, até o 5º nível hierárquico (Coordenações-gerais [DAS 4] ou equivalentes)	Parcial	Consta as informações de forma esparsa, ou seja, não compiladas em um único link ou página, além de constarem em lugares diversos do estabelecido pelo Guia da CGU, situação que dificulta o acesso às informações.
<b>1.6</b> Agenda de autoridades	<input type="checkbox"/> Lei nº 12.813/2013, art. 11. <input type="checkbox"/> Resolução da Comissão de Ética Pública.	<input type="checkbox"/> Abranger, no mínimo, até o 4º nível hierárquico (Diretorias [DAS 5] ou equivalentes). Ex: Autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista devem divulgar as agendas de seus presidentes, vice-presidentes e diretores, ou equivalentes. As instituições de ensino superior devem divulgar as agendas do reitor, do vice-reitor e dos sub-reitores.	Parcial	Consta a agenda, porém diversos dias da agenda estão em branco.
<b>1.7</b> Horários de atendimento	<input type="checkbox"/> Decreto nº 7.724/2012, art. 7º, § 3º, I	<input type="checkbox"/> Não confundir horário de funcionamento do órgão ou entidade com o horário do SIC.	Não	Consta o horário de atendimento do site institucional e não do Campus Alegre no link <a href="https://ifes.edu.br/institucional?start=5">https://ifes.edu.br/institucional?start=5</a> (acesso em 10/11/2021).
<b>1.8</b> Currículos	<input type="checkbox"/> Manifestação nº 2/2015 do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC)	<input type="checkbox"/> Publicar os currículos de todos os ocupantes de cargos de direção e assessoramento superior até o 5º nível hierárquico (DAS 4 ou equivalentes).	Não	
2. PROGRAMAS E PROJETOS				
Informação	Base Legal	Recomendação	Cumprimento	ACHADOS

2.1 Programas, projetos e ações	<input type="checkbox"/> Divulgar: a. Lista dos programas e ações finalísticas executados (informar caso não tenha) b. Indicação da unidade responsável pelo desenvolvimento e implementação c. Principais metas d. Indicadores de resultado e impacto (quando existentes) e. Principais resultados	<input type="checkbox"/> O órgão ou entidade que presta serviços diretamente ao público necessita disponibilizar a Carta de Serviços. <input type="checkbox"/> Manter atualizadas as informações no Portal de Serviços do Cidadão: <a href="http://www.servicos.gov.br">http://www.servicos.gov.br</a> . <input type="checkbox"/> Ainda que não desenvolva tais programas, o órgão ou entidade deve mencionar que não há conteúdo a ser publicado.	No site do campus Alegre consta um link denominado "programas" dentro da seção "campus Alegre" falando de alguns programas <a href="https://alegre.ifes.edu.br/index.php/programas">https://alegre.ifes.edu.br/index.php/programas</a> , como o Cão guia; Polo de Educação Ambiental da Mata Atlântica (ambos estão com a última atualização foi em 2015) e Caparaó Jr, que também está desatualizado. e consta também dentro da seção "Acesso a Informação" um link denominado "Ações e Programas" onde constam 2 links, um que direciona para os Indicadores de Produção - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID e outro que direciona para os Relatórios Anuais de Gestão do site institucional.	<p>Não</p> <p>Não</p> <p>Não</p> <p>Não</p> <p>Não</p> <p>Não</p> <p>Não</p> <p>Não</p>
2.2 Unidade Responsável	<input type="checkbox"/> Decreto nº 7.724/2012, art. 7º, § 3º, II			
2.3 Principais Metas				
2.4 Indicadores				
2.5 Resultados				
2.6 Carta de Serviços	<input type="checkbox"/> Decreto nº 9.094/2017 <input type="checkbox"/> Decreto nº 7.724/2012, art. 7º, § 3º, II		remete ao institucional e não tem a própria carta <a href="https://ifes.edu.br/cartadeservicos/">https://ifes.edu.br/cartadeservicos/</a>	
2.7 Programas que resultem em renúncias de receitas	<input type="checkbox"/> Decreto nº 7.724/2012, art. 7º, § 3º, IV		deve constar que não se aplica e/ou que não há conteúdo a ser publicado.	
2.8 Programas financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT	<input type="checkbox"/> Decreto nº 7.724/2012, art. 7º, § 3º, IX		deve constar que não se aplica e/ou que não há conteúdo a ser publicado.	
<b>3. PARTICIPAÇÃO SOCIAL (Institucional)</b>				
<b>Informação</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Recomendação</b>	<b>Cumprimento</b>	<b>ACHADOS</b>
3 Instâncias e mecanismos de participação social	<input type="checkbox"/> Lei nº 12.527/2011, art. 9º, II <input type="checkbox"/> Decreto nº 8.243/2014, art. 5º	<input type="checkbox"/> Divulgar informações sobre: a. Ouvidoria b. Audiências ou consultas públicas (previstas ou realizadas) c. Conselhos e órgãos colegiados d. Conferências previstas e realizadas e as outras ações de participação social	<p>Não</p>	consta apenas um link denominado "Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – e-SIC" que remete à página de acesso a informação do governo federal, sendo que o correto seria um link que remete às informações do Ifes.
<b>4. AUDITORIAS (Institucional)</b>				
<b>Informação</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Recomendação</b>	<b>Cumprimento</b>	<b>ACHADOS</b>
4.1 Relatórios de gestão		<input type="checkbox"/> Divulgar: a. Exercício ao qual se referem as contas b. Código e descrição da respectiva unidade c. Número do processo no órgão ou entidade de	<p>Não</p>	verificamos que existe a subseção "Auditoria" dentro de "Acesso à Informação", no entanto, ao clicar no link "Informações sobre Auditoria Interna" (que está contido dentro dessa seção), a página apresentou erro.

4.2 Relatórios e certificados de auditoria		<p>origem</p> <p>d. Número do processo no Tribunal de Contas da União</p> <p>e. Situação junto ao Tribunal de Contas da União</p> <p><input type="checkbox"/> Informar quais unidades jurisdicionadas terão processos de contas ordinárias julgados, conforme a Decisão Normativa do TCU.</p> <p><input type="checkbox"/> No ano em que a informação não estiver disponível, publicar justificativa na área específica.</p>	Não	
4.3 Informações sobre os processos de auditorias anuais de contas	<p>Portaria da CGU nº 262/2005</p> <p>Instrução Normativa CGU nº 24/2015</p>	<p><input type="checkbox"/> Publicar o RAINI, em até 30 dias da conclusão, assegurada a proteção da informação sigilosa e pessoal, nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 12.527/2011.</p> <p><input type="checkbox"/> Quando o órgão não produzir tal informação, esclarecer, na seção, que não há conteúdo a ser publicado.</p>	Não	
4.4 Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINI)			Não	
<b>5. CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS (de cada Campus)</b>				
5 Informações referentes às transferências de recursos públicos realizadas mediante convênios, contratos de repasse e termos de cooperação ou instrumentos congêneres.	<p>Base Legal</p> <p>Decreto nº 7.724/2012, art. 7º, § 3º, III</p>	<p>Recomendação</p> <p><input type="checkbox"/> Incluem-se nesta seção:</p> <p>a. Transferências constitucionais e legais</p> <p>b. Transferências de renda direta ao cidadão</p> <p><input type="checkbox"/> Divulgar as seguintes informações sobre convênios, contratos de repasse e termos de cooperação (e instrumentos congêneres):</p>	Cumprimento	<p>ACHADOS</p> <p>Existe no site a subseção "Convênios e Transferências", porém não existe um link que remeta ao Portal Transparência e nem o passo a passo para o cidadão obter as informações, conforme o Guia de Transparência Ativa da CGU.</p>
<b>6. RECEITAS E DESPESAS (institucional porém poderia ter o orçamento indicado para o devido campus)</b>				
6.1 Receitas	<p>Base Legal</p>	<p>Recomendação</p> <p><input type="checkbox"/> Publicar os seguintes dados sobre as receitas do órgão ou entidade:</p> <p>a. Previsão atualizada (com data da última atualização)</p> <p>b. Receita realizada (com data da última atualização)</p> <p>c. Receita lançada</p> <p>d. Categoria da receita</p> <p>e. Origem da receita</p>	Cumprimento	<p>ACHADOS</p> <p>No menu 'Acesso à Informação' não consta a subseção 'Receita', apenas a subseção 'Despesas' (acesso em 17/11).</p>
		<p><input type="checkbox"/> Disponibilizar os seguintes dados em subseção 3</p>		

<p><b>6.2.1 Despesas:</b> Execução orçamentária</p>	<p><input type="checkbox"/> Divulgar os seguintes dados em relação à execução orçamentária e financeira: I - Quadro de Detalhamento de Programas, por unidade orçamentária: a. Código e especificação dos programas orçamentários b. Orçamento atualizado c. Valor liquidado no ano considerado (exercícios encerrados) e valor liquidado até o mês considerado (exercício corrente) d. Valor pago no ano considerado (exercícios encerrados) e valor pago até o mês considerado (exercício corrente) e. Percentual dos recursos liquidados comparados aos autorizados f. Percentual dos recursos pagos comparados aos autorizados</p> <p><input type="checkbox"/> Lei Complementar nº 101/2000, art. 48, II <input type="checkbox"/> Decreto nº 7.724/ 2012, art. 7º, § 3º, IV</p>	<p><input type="checkbox"/> Divulgar os seguintes dados em relação à execução orçamentária e financeira: II - Quadro de Execução de Despesas, por unidade orçamentária: a. Descrição da natureza das despesas b. Valor liquidado no ano considerado (exercícios encerrados) e valor liquidado até o mês considerado (exercício corrente) c. Valor pago no ano considerado (exercícios encerrados) e valor pago até o mês considerado (exercício corrente)</p>	<p>Não</p>	<p>O link apresentado na subseção 'Despesas' está quebrado. Além disso, o passo a passo está desatualizado e não está de acordo com o passo a passo que consta no Guia de Transparência Ativa da CGU (6ª Edição).</p>
<p><b>6.2.2 Despesas:</b> Execução de Despesas</p>			<p>Não</p>	<p>O link apresentado na subseção 'Despesas' está quebrado. Além disso, o passo a passo está desatualizado e não está de acordo com o passo a passo que consta no Guia de Transparência Ativa da CGU (6ª Edição).</p>
<p><b>6.2.3</b> Diárias e Passagens</p>		<p><input type="checkbox"/> Divulgar os seguintes dados em relação a diárias e passagens: a. Órgão superior b. Órgão subordinado ou entidade vinculada c. Unidade gestora d. Nome do servidor e. Cargo f. Origem e destino de todos os trechos da viagem g. Período e motivo da viagem h. Meio de transporte i. Categoria e valor da passagem j. Número de diárias k. Valor total das diárias e da viagem</p>	<p>Não</p>	<p>Em relação às diárias e passagens, não foi identificada a apresentação das despesas.</p>
<b>7. LICITAÇÕES E CONTRATOS ( só do referido campus)</b>				
<b>Informação</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Recomendação</b>	<b>Cumprimento</b>	<b>ACHADOS</b>

<p><b>7.1</b> Licitações</p>	<p><input type="checkbox"/> Divulgar as seguintes informações sobre licitações:</p> <p><b>a.</b> Órgão superior</p> <p><b>b.</b> Órgão subordinado ou entidade vinculada</p> <p><b>c.</b> Unidade administrativa dos serviços gerais (UASG)</p> <p><b>d.</b> Número da licitação</p> <p><b>e.</b> Número do processo</p> <p><b>f.</b> Modalidade da licitação</p> <p><b>g.</b> Objeto</p> <p><b>h.</b> Número de itens</p> <p><b>i.</b> Data e hora da abertura</p> <p><b>j.</b> Local da abertura</p> <p><b>k.</b> Cidade da abertura</p> <p><b>l.</b> Unidade da Federação da abertura</p> <p><b>m.</b> Situação da licitação (aberta ou homologada)</p> <p><b>n.</b> Contato no órgão ou entidade responsável</p> <p><b>o.</b> Atalho para solicitação, por meio de correio eletrônico, da íntegra de editais, atas, anexos, projetos básicos e informações adicionais, diretamente à área responsável do órgão ou entidade.</p>	<p><input type="checkbox"/> Divulgar as seguintes informações sobre contratos e notas de empenho:</p> <p><b>a.</b> Órgão superior</p> <p><b>b.</b> Órgão subordinado ou entidade vinculada</p> <p><b>c.</b> Unidade administrativa dos serviços gerais (UASG)</p> <p><b>d.</b> Número do contrato</p> <p><b>e.</b> Data de publicação no Diário Oficial da União</p> <p><b>f.</b> Número do processo</p> <p><b>g.</b> Modalidade da licitação</p> <p><b>h.</b> Nome do contratado</p> <p><b>i.</b> Número de inscrição do contratado no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)</p> <p><b>j.</b> Objeto</p> <p><b>k.</b> Fundamento legal</p> <p><b>l.</b> Período de vigência</p> <p><b>m.</b> Valor do contrato</p> <p><b>n.</b> Situação do contrato (ativo, concluído, rescindido ou cancelado)</p> <p><b>o.</b> Relação de aditivos ao contrato com as seguintes informações:</p> <p>- Número do aditivo</p> <p>- Data da publicação no Diário Oficial da União</p> <p>- Número do processo</p> <p>- Objeto do aditivo</p>	<p>Parcial</p>	<p>Identificamos a subseção "Licitações e Contratos" dentro de Acesso à Informação, inclusive com a publicação de alguns links de licitação e outro link direcionando para o Portal de Compras do Governo Federal. Trata-se de boa prática, porém o recomendado pelo guia da CGU é que seja disponibilizado 1 link um que leve o usuário à seção de "Licitações do Portal da Transparência".</p>
<p><b>7.2</b> Contratos</p>	<p><input type="checkbox"/> Decreto nº 7.724/2012, art. 7º, § 3º, V</p>	<p><input type="checkbox"/> Divulgar as seguintes informações sobre contratos e notas de empenho:</p> <p><b>a.</b> Órgão superior</p> <p><b>b.</b> Órgão subordinado ou entidade vinculada</p> <p><b>c.</b> Unidade administrativa dos serviços gerais (UASG)</p> <p><b>d.</b> Número do contrato</p> <p><b>e.</b> Data de publicação no Diário Oficial da União</p> <p><b>f.</b> Número do processo</p> <p><b>g.</b> Modalidade da licitação</p> <p><b>h.</b> Nome do contratado</p> <p><b>i.</b> Número de inscrição do contratado no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)</p> <p><b>j.</b> Objeto</p> <p><b>k.</b> Fundamento legal</p> <p><b>l.</b> Período de vigência</p> <p><b>m.</b> Valor do contrato</p> <p><b>n.</b> Situação do contrato (ativo, concluído, rescindido ou cancelado)</p> <p><b>o.</b> Relação de aditivos ao contrato com as seguintes informações:</p> <p>- Número do aditivo</p> <p>- Data da publicação no Diário Oficial da União</p> <p>- Número do processo</p> <p>- Objeto do aditivo</p>	<p>Parcial</p>	<p>Não apresenta o link de contratos. Ressaltamos que o recomendado pelo guia da CGU é que seja disponibilizado 1 link que leve o usuário à seção de "Contratos do Portal da Transparência", vez que o Ifes utiliza o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG).</p>
<p><b>8. SERVIDORES (Insufuncional)</b></p>			<p>Cumprimento</p>	<p>ACHADOS</p>
<p><b>Informação</b></p>	<p><b>Base Legal</b></p> <p><input type="checkbox"/> Lei nº 13.408/2016, art. 133</p>	<p><b>Recomendação</b></p> <p><input type="checkbox"/> Aquele que utilizar o SIAPE deve disponibilizar link diretos para consulta no Portal da</p>	<p>Cumprimento</p>	<p>ACHADOS</p>

<p><b>8.1</b> Servidores</p>	<p>at. 133</p> <p><input type="checkbox"/> Decreto nº 7.724/ 2012, art. 7º, § 3º, VI</p> <p><input type="checkbox"/> Portaria Interministerial nº 233/2012</p>	<p>urculos para consulta no Portal da Transparência.</p> <p><input type="checkbox"/> Empresas públicas e sociedades de economia mista: a. que não atuam sob regime de concorrência devem publicar todos os dados, inclusive a remuneração dos empregados (Portaria Interministerial nº 233/2012)</p> <p>b. que atuam sob regime de concorrência e considerem a remuneração de seus empregados informação estratégica, devem fundamentar a não disponibilização dos dados e disponibilizar as demais informações.</p> <p><input type="checkbox"/> Divulgar as seguintes informações:</p> <p>a. Nome completo do empregado</p> <p>b. CPF do empregado (devem ser ocultados os três primeiros dígitos e os dois dígitos verificadores)</p> <p>c. Cargo ou atividade exercida</p> <p>d. Lotação</p> <p>e. Local de exercício</p>	<p>Parcial</p>	<p>Possui um link denominado servidores públicos do Ifes e ao clicá-lo remete ao Portal Transparência, porém não tem um passo a passo que auxilie o usuário a encontrar a informação desejada.</p>
<p><b>8.2</b> Concursos Públicos</p>		<p><input type="checkbox"/> Divulgar as íntegras dos editais de concursos públicos para provimento de cargos.</p>	<p>Não</p>	<p>consta um link dentro da subseção "servidores", entretanto, ao clicá-lo, verificamos que constam diversos documentos esparsos que contém a palavra "concurso", ao passo que o correto seria remeter o usuário ao link de concursos do site institucional, uma vez que os concursos são centralizados no âmbito do Ifes.</p>
<p><b>8.3</b> Empregados terceirizados</p>		<p><input type="checkbox"/> Publicar a lista de empregados terceirizados contendo nome completo, CPF descaracterizado, cargo ou atividade exercida, lotação e local de exercício.</p>	<p>Não</p>	<p>não consta nenhuma informação.</p>
<b>9. INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS</b>				
<p><b>Informação</b></p>	<p><b>Base Legal</b></p>	<p><b>Recomendação</b></p>	<b>ACHADOS</b>	
<p><b>9.1</b> Rol das informações classificadas nos últimos doze meses.</p>	<p><input type="checkbox"/> Decreto nº 7.724/2012, art. 45, I e II</p> <p><input type="checkbox"/> Resolução CMRI nº 2/2016</p>	<p><input type="checkbox"/> O rol de informações classificadas deve conter:</p> <p>a. Código de Indexação de Documento que contém Informação Classificada – CIDIC</p> <p>b. Categoria na qual se enquadra a informação</p> <p>c. Indicação do dispositivo legal que fundamenta a classificação</p> <p>d. Data da produção da informação</p> <p>e. Data da classificação</p> <p>f. Prazo da classificação</p> <p>g. Breve descrição sobre o que trata o documento classificado.</p>	<p>Não</p>	<p>O site apresenta a seguinte informação: "O Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes está em processo de classificação das informações em cada grau de sigilo, conforme disposto na Lei de Acesso à Informação. Este trabalho está sendo desenvolvido pela equipe do Projeto de Gestão Documental, por meio da CPAD".</p>
<p><b>9.2</b> Rol das informações desclassificadas nos últimos doze meses.</p>		<p><input type="checkbox"/> O rol de informações desclassificadas deve conter:</p> <p>a. Identificação do documento desclassificado (exemplo: Número Único de Protocolo - NUP, Código</p>	<p>Não</p>	

9.3 Formulário para Pedido de desclassificação e recurso a pedido de desclassificação.		de Indexação de Documento que contém Informação Classificada - CIDIC, ou outro) b. Grau de sigilo ao qual o documento desclassificado	Não	
10. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (Institucional)				
Informação	Base Legal	Recomendação	Cumprimento	ACHADOS
10.1 Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)		<input type="checkbox"/> Divulgar as seguintes informações sobre o SIC: <b>a.</b> Localização <b>b.</b> Horário de funcionamento <b>c.</b> Nome dos servidores responsáveis pelo SIC <b>d.</b> Telefone e e-mails específicos para orientação e esclarecimentos de dúvidas <b>e.</b> Nome e cargo da autoridade do órgão responsável pelo monitoramento da implementação da LAI	Parcial	Está faltando as informações sobre o responsável pelo monitoramento da LAI e atualizar a página retirando o nome de um servidor que atualmente não está mais como responsável pelo SIC.
10.2 Formulário de solicitação de informação em meio físico (papel).	<input type="checkbox"/> Lei nº 12.527/2011, art. 30, III <input type="checkbox"/> Decreto nº 7.724/2012, art. 7º, § 3º, VIII e art. 45, III e IV	<input type="checkbox"/> Disponibilizar para download formulário de solicitação de informação para aqueles que queiram apresentar o pedido em meio físico (papel) junto ao SIC.	Sim	Consta a informação que caso a solicitação seja realizada pessoalmente, devem ser preenchidos um dos formulários disponibilizados, são eles: Formulários para solicitação de informação: pessoa jurídica, pessoa física; Formulários para reclamação: pessoa jurídica, pessoa física; e Formulários para recurso: pessoa jurídica, pessoa física."
10.3 Banner para o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).		<input type="checkbox"/> Publicar link e/ou banner para o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) do Poder Executivo Federal.	Sim	
10.4 Relatórios estatísticos de atendimento à LAI		<input type="checkbox"/> Para o cumprimento da obrigação estabelecida no art. 30, III da LAI, o órgão ou entidade deve disponibilizar link para os relatórios estatísticos do e-SIC.	Parcial	O link se encontra dentro da subseção "Informações classificadas", no entanto, conforme o Guia da CGU, ele deve estar na subseção "Serviço de Informação ao Cidadão". Além disso, o link já existente não está remetendo ao relatório e sim à página principal de informação do Governo.
11. PERGUNTAS FREQUENTES				
Informação	Base Legal	Recomendação	Cumprimento	ACHADOS
11 Perguntas e respostas frequentes.	<input type="checkbox"/> Decreto nº 7.724/2012, art. 7º, § 3º, VII	<input type="checkbox"/> Realizar a atualização desta seção frequentemente.	Parcial	Possui um link na página principal do campus que remete às perguntas frequentes do site institucional, entretanto tal link deveria estar no menu de "Acesso à informação" (Acesso em 10/11/2021).
12. DADOS ABERTOS (Institucional)				
Informação	Base Legal	Recomendação	Cumprimento	ACHADOS
12.1 Política de dados abertos	<input type="checkbox"/> Decreto nº 7.724/2012, art. 8º, III a VI e VIII <input type="checkbox"/> Decreto nº 8.777/2016	<input type="checkbox"/> Orientações e procedimentos para construção e implementação dos PDAs podem ser encontradas em: <a href="http://wiki.dados.gov.br/Capacidade-para-Elaboracao-de-Planos-de-Dados-Abertos.aspx">http://wiki.dados.gov.br/Capacidade-para-Elaboracao-de-Planos-de-Dados-Abertos.aspx</a>	Não	Deve constar a subseção 'Dados Abertos', disponibilizando a política de dados abertos no menu principal do site, na seção 'Acesso à Informação' no menu principal do site.
12.2 Relatórios em diversos formatos eletrônicos			Não	Está disponível apenas no formato CSV. (Acesso em 08/11/21)